



ELD - ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

BREVE DESCRIÇÃO

O que sente uma montanha!...

poderia começar assim a descrição da estratégia proposta para o território de Entre a Serra da LOusã e Zêzere. A justificação para a sua implementação, poderia ter por base múltiplas abordagens. Se, por um lado, existem factos, números, ocorrências verificáveis in loco e estatisticamente mensuráveis, estudos e diagnósticos territoriais, que por si só são um conjunto de informação suficientemente claro, porventura desanimador, uma vez que constatam que o território ELOZ é demograficamente frágil, é orograficamente acidentado, tem uma conjuntura económica debilitada, tem espaços classificados de elevada qualidade ambiental mas em permanente risco de devastação, entre outros aspectos claramente definidos. Por outro lado, existem formas de estar e utilizar o espaço, ideias e acções dos agentes económicos locais e políticas municipais, através dos quais é possível comprovar que independentemente dos números difíceis para a afirmação e sustentabilidade do território, existem capitais ambientais, humanos, de memória que se traduzem numa natureza rica e farta, numa cultura peculiar, numa identidade determinada.

E muitas outras análises seriam possíveis, por exemplo, considerando a região relativamente ao exterior onde se encontra inserida, com as interacções que estabelece e que nos afere que esta se pode assumir enquanto um espaço distintivo e atractivo para o exterior.

Porém a justificação da coerência tem sentido e alicerce em todo um 'projecto de vidas', pensado e estruturado em torno das pessoas e do seu bem-estar e qualidade de vida, de um espaço físico com características patrimoniais e ambientais únicas, de uma história complexa e peculiar que definiu o conjunto territorial de Entre Serra da LOusã e Zêzere -as Serras de Xisto- como uma região com fragilidades quase incontornáveis mas potencialidades que a podem transformar e tornar atractiva, fixando as suas populações e captando interesses externos quer seja ao nível do investimento quer da sua fruição. O trabalho em torno do desenvolvimento do território, observado articuladamente com suporte nas suas especificidades, nas peculiaridades que o tornam único, nas suas debilidades que importa atenuar ou combater, na sua potencialidade enquanto um todo geográfico coeso, remonta ao início da década de noventa do século passado.

BREVÍSSIMO HISTÓRICO DA ELOZ

É num quadro político de valorização dos territórios rurais que surge a primeira intervenção integrada para o território de Entre Serra da LOusã e Zêzere, a partir da criação de associações locais de desenvolvimento que assumem, então, novas responsabilidades e atribuições à escala das zonas de abrangência. Estas associações nascem da sociedade civil e integram no seu seio os mais representativos agentes sócio-económicos locais: desde IPSS a associações empresariais; de cooperativas agrícolas e organizações de produtores agro-florestais a escolas; de associações de bombeiros ou de melhoramentos a autarquias, incluindo indivíduos a título individual.

Criadas em 1994, as Dueceira e a Pinhais do Zêzere, avançaram na prossecução das linhas estratégicas europeias e nacionais as quais perspectivavam enquanto orientação a valorização do espaço rural em todas as suas componentes: social, ambiental e económica. Trabalhando em conjunto para um território que extravasava as suas próprias zonas de intervenção, souberam ultrapassar diferendos de natureza política e administrativa e conjugar esforços na criação de um espaço com características históricas e geo-morfológicas comuns. Foi assim celebrado, em 1995, o primeiro Acordo de Cooperação suportado na filosofia e financiamento do Programa de Iniciativa Comunitária Leader II, o qual contribuiu fortemente para estreitar o relacionamento entre parceiros e definir toda uma estratégia e Plano de Intervenção de longo prazo em torno do Desenvolvimento Local. Com a continuidade do PIC Leader+ verificou-se a consolidação da estratégia em torno dos eixos fundamentais do território, abrindo-o ao exterior e encetando uma nova fase de interacção e trocas de experiências para além dos tradicionais contactos com congéneres europeus -essencialmente de França e Espanha-, com países de expressão oficial portuguesa.



OS CONCEITOS DE BASE DA INTERVENÇÃO

Conceptualmente avançámos, nos últimos anos, na construção de uma 'região solidária' tendo por suporte as matrizes referenciais associadas ao conceito de capital social. Assumimos que o capital social de um território é a sua principal riqueza, a força propulsora para promoção do seu desenvolvimento e sustentabilidade. Neste contexto, assumimos que um território com uma forte componente em capital social caracteriza-se como um espaço com uma cultura definida, pessoas dinâmicas, organizações coesas e relações estabilizadas entre si que trabalham, em rede, em prol de uma estratégia comum. Trata-se, enfim, de um conceito que pressupõe uma participação cidadã, uma cultura política, uma coabitação social e cultural em torno de valores amplos e inclusivos, uma economia que se produz e dinamiza com base em laços de confiança e reciprocidade. Com estes pressupostos, a acção do GAL da ELOZ estabilizou-se em torno de um modelo e estratégia de intervenção que define o seu próprio conceito de desenvolvimento territorial e em que a construção de uma região solidária se torna na abordagem central de toda a intervenção.

O território é observado de uma forma lata nas suas componentes social, ambiental, económica e global, perspectivando-se em torno de novas ruralidades. A solidariedade é assumida como responsabilidade dos agentes para com as pessoas, o ambiente, o património, a economia e reciprocamente da população para com o meio onde vive.

Verifica-se assim que a responsabilização das comunidades no(s) processo(s) de desenvolvimento é algo que se assume como um marco de toda a intervenção. Para tal, é imprescindível a democracia, a participação, a inclusão, a vivência de uma cidadania local e a assumpção de uma auto-estima territorial. A serem trabalhados e alcançados estes aspectos, mesmo que parceladamente, a região evolui e existe um efectivo contributo para a melhoria da qualidade de vida e aumento da atractividade do território, garantindo a sua sustentabilidade futura.

Quotidianamente verifica-se, porém, que manter ou construir o capital social de um território é tarefa árdua. Trata-se de um processo contínuo, de longa duração, quase estrutural. A construção de uma nova forma de actuação exige tempo e educação a diferentes escalas de abordagem. A conquista da confiança começa investindo na participação das comunidades na construção dessa mesma região solidária.

PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA CONSTRUÇÃO DA ELD

Investindo na participação das comunidades na construção da estratégia para o território, solicitámos a intervenção das populações e dos agentes e actores locais no processo, através da aplicação de Inquirições à Comunidade e da realização de reuniões de auscultação para consulta prévia aos agentes sócio-económicos locais.

As inquirições realizadas em 1995 e 2001, permitiram aferir a estratégia delineada para o território. Esta metodologia de aproximação permitiu para além da interacção com as comunidades locais, um retorno face aos seus anseios e expectativas. Igualmente, o inquérito aplicado a toda a comunidade escolar em 2006 'A tua opinião conta!' permitiu compreender, partilhar ideias e interagir com os jovens num processo de que são elementos intrínsecos, mas do qual estão, habitualmente, dissociados. Esta metodologia revelou-se, simultaneamente, enquanto instrumento de análise de pormenor das realidades locais e de avaliação da intervenção do GAL-ELOZ e, fundamental como principal elemento de aferição da estratégia territorial. Se por um lado, demonstrou capacidade efectiva para promover o exercício crítico das populações, por outro, permitiu a obtenção de dados inestimáveis para a fundamentação de qualquer intervenção local. Através destes resultados foi possível afirmar com segurança de que, por exemplo, a Natureza é o elemento congregador, de união e de identidade de toda a região e que qualquer intervenção proposta deverá fortalecer a auto-estima da população em torno de uma imagem coesa. Igualmente, que a população tem consciência do patamar de desenvolvimento em que se encontra a sua região, verificando-se que a satisfação social é ainda restrita e que para além da mera satisfação das suas necessidades básicas, o investimento terá de ser canalizado para o reforço da educação, da cultura, do lazer, da preservação e refuncionalização do património. A animação e aquisição de competências revelam-se, deste modo, como o enfoque natural da intervenção, perspectivando o reforço da identidade através de acções de animação e envolvimento das comunidades, da publicitação e maior e melhor divulgação das boas práticas realizadas.

No decorrer de 2007 e 2008, o trabalho preparatório de auscultação baseou-se na realização de entrevistas e consultas a mais de 40 entidades locais, entre os principais agentes colectivos públicos e privados representantes da sociedade civil. Estas foram chamados a manifestarem-se relativamente:

-à avaliação do impacto da intervenção Leader no território ao nível das mais-valias territoriais e áreas de melhoria;



- à assunção do território de Entre LOusã e Zêzere face à estratégia territorial definida;
- à evolução do território no que concerne aos pilares da estratégia de desenvolvimento para o futuro;
- à identificação de ideias e projectos-alavanca fundamentais para a entidade e assumidas enquanto processos fundamentais para o desenvolvimento dos territórios e suas populações.

Este trabalho permitiu conferir a existência de uma 'massa crítica' no território e da sua qualidade; permitiu aferir o diagnóstico territorial e conferir metodologias e estratégias face às expectativas locais, possibilitando ao GAL-ELOZ perspectivar, igualmente, a continuidade de um investimento no trabalho em rede e na malha de associações e colectividades que existem e trabalham localmente em prol das comunidades.

A articulação dos resultados deste trabalho prévio com o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra permitiu ainda obter uma visão de conjunto, externa ao processo local de desenvolvimento, que lhe confere maior qualidade e isenção.

DIAGNÓSTICO DE UM TERRITÓRIO, SUPORTE DE UMA ESTRATÉGIA

O suporte de toda a estratégia consolida-se em torno do diagnóstico elaborado e este surge estruturado em domínios específicos que, no seu conjunto, reflectem transversalmente todo o espaço ELOZ. Os conceitos são, assim, assumidos com um sentido lato, não os amputando ao seu significado e leitura restritos.

A população, o povoamento, a organização social e cidadania surgem como componentes da abordagem social do território.

A abordagem ambiental tem como suporte a -paisagem e ordenamento- e sub-domínios tais como os recursos naturais, os equipamentos e infra-estruturas, o património e a imagem e identidade.

A abordagem económica do território contempla a formação e qualificação, o mercado de trabalho, o tecido empresarial, a produtividade e inovação, os sectores estratégicos e os recursos financeiros. Por fim, o território foi observado ainda numa perspectiva global, analisando-se a capacidade dos agentes locais encontrarem o seu lugar, o seu próprio posicionamento em relação aos outros territórios e ao mundo exterior, em geral, de forma a fazer avançar o seu projecto territorial, assegurando-lhe uma viabilidade no contexto da globalização? (LEADER, 2000). É com base nestes pressupostos de análise que surge o diagnóstico do território, suporte para a construção da estratégia.

O território ELOZ identifica-se como zona rural e de montanha, que demograficamente apresenta uma estrutura etária bastante envelhecida, um crescente aumento do índice de dependência de idosos e uma tendência para a desertificação humana.

A existência de recursos naturais e paisagísticos diversificados em profusão e de qualidade, a biodiversidade e qualidade ambiental dos recursos montanha, floresta e cursos de água - propiciam uma paisagem natural de distinção, possuindo por tal dois sítios classificados através da Directiva Rede Natura 2000, a qual é complementada com património construído de valor histórico, cultural e arquitectónico, como é o caso da arquitectura religiosa, histórica e civil e dentro desta última em particular a típica arquitectura serrana. O XISTO surge como recurso endógeno estimulador da afirmação, cultura e identidades locais e elemento de referência na construção simbólica da imagem do TI, através da imagem de marca «Serras de Xisto», "o verde/azul" e "Entre a Serra da Lousã e o Zêzere".

A abundância e qualidade dos recursos endógenos locais tem promovido o aumento gradual do número de empresas e actividades de animação turística com suporte na diversidade ambiental da Serra da Lousã e do Rio Zêzere, complementado pelo património rural edificado, como constitui exemplo a Rede das Aldeias do Xisto. No entanto, subsiste uma ausência de instrumentos de gestão territorial aplicados aos recursos eco-culturais e florestais, sendo os aspectos ambientais ainda sub-valorizados em termos turísticos, entre outros aspectos, pela inexistência de um plano integrado que congregue todas as actividades turísticas desenvolvidas, que organize as diferentes ofertas e que as planeie temporal e territorialmente. Tal ocorre não obstante a existência de massa crítica ao nível de organizações colectivas que defendem para além da coesão e inclusão sociais, a promoção ambiental e os valores associados à identidade local ["os povos serranos", "o ser serrano"].



Caracteriza-se, também, por uma presença marcante do artesanato e importância das iniciativas de valorização, de recuperação, de modernização e de promoção dos 'saber-fazer' tradicionais. Paradoxalmente, o tecido artesanal é frágil, envelhecido e sem competências firmadas ao nível da gestão e comercialização dos produtos artesanais, constituindo meramente, na maior parte dos casos, um complemento à actividade profissional.

O tecido empresarial, em geral, é débil constituído por investimentos baseados em mão-de-obra intensiva e que, por isso, não consegue escalar a cadeia de valor dos sectores de actividade onde se insere.

A economia social surge como um nicho emergente do terciário, sector potencial no território, que deriva das suas fragilidades sócio-demográficas mas que poderá constituir-se como uma via para a economia local.

Do ponto de vista agro-florestal existe uma elevada representatividade das zonas florestais, com extensas áreas de coberto florestal em permanente risco de incêndio. A redução da carga combustível das florestas, a prevenção e o combate mais eficiente aos incêndios surgem, como áreas de actuação importantes, porque fragilidades detectadas do sector. A constituição de uma fileira florestal assume-se como uma área potencial de intervenção, embora impere a necessidade de complementaridade, inovação e diversificação das actividades. Para além da produção directa de produtos derivados da madeira, realçando o sector de produção de pasta de papel, os espaços silvestres encerram uma riqueza ambiental e de biodiversidade contribuindo para a multifuncionalidade do território que se podem multiplicar em actividades de lazer, recreio e produções alternativas (caça, pesca, mel, cogumelos). Torna-se por isso imperioso salvaguardar este património. Uma última nota, no sentido do reforço da certificação da produção florestal como oportunidade e forma responsável de produzir com qualidade.

A emergência do mercado das energias renováveis com especial incidência para a energia eólica e da biomassa constitui ainda um outro elevado potencial do TI.

Existem produtos agro-alimentares de qualidade reconhecida, dos quais se destaca o Mel da Serra da Lousã, produto local com denominação de origem protegida (DOP). Constata-se, porém, uma incapacidade dos agentes locais em potenciarem os recursos comuns à Serra. A necessidade de concertação de estratégias de actuação em torno dos recursos endógenos do território, conferindo-lhes valor enquanto produtos em bruto e valor acrescentado através de processos de qualificação, certificação e imagem são acções prementes para o próprio desenvolvimento do território na gestão dos interesses mais amplos das populações.

O défice ao nível das vias de comunicação intra e inter-regionais relacionados com a orografia, o modelo de povoamento e os indicadores sócio-económicos e a periferia geográfica do território constituem factores desfavoráveis quando os custos logísticos são componentes cada vez mais fulcrais para o estabelecimento dos circuitos de comercialização. Existem no território processos de cooperação bem sucedidos mas que ainda não se assumem como vias eficazes para a promoção e comercialização deste e dos seus recursos, encontrando-se ainda, na sua maioria, em fases de trabalho bastante embrionárias.

AS PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS DE ACTUAÇÃO COMO SUPORTE DOS GRANDES OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Tendo como suporte o diagnóstico do TI, construído a partir de todos os "olhares e sentires" a diferentes escalas e abordagens, surgem como principais linhas de orientação estratégica três abordagens transversais que contribuem para a visão perspectivada para Entre a Serra da LOusã e Zêzere. São estas:

- 1) O reforço do capital social, investindo na educação e na qualificação como factores de competitividade. Torna-se fundamental a promoção da educação e cultura como base de um novo ciclo que induza um mundo rural mais criativo. Esta linha de orientação permite um verdadeiro diálogo bottom-up e uma atitude mais pró-activa das comunidades num processo de participação alargado, incrementando a relação de proximidade dos instrumentos, planos e acções com as populações locais.
- 2) A consolidação dos sectores económicos de interesse estratégico que se assumem como o Turismo, a Floresta e a Economia Social;



3) A transformação dos recursos endógenos e identidades locais enquanto factores de sustentabilidade territorial e melhoria da qualidade de vida das populações.

A revitalização da ruralidade assume-se como o ponto central da ELD delineada. A meta estabelece-se numa visão de uma região mais coesa, atractiva, solidária, que potencia novas formas de sentir e viver o mundo rural, "novas ruralidades", e que por tal estabelece como meta a sua competitividade territorial.

Os problemas centrais do território surgem como os grandes desafios a ultrapassar e importa contribuir para uma competitividade social, ambiental, económica e global do território como forma de garante de um desenvolvimento sustentado e sustentável.

Promover a coesão e integração social, equiparar o nível de vida das populações e animar o espaço e as gentes investindo em sinergias sócio-culturais, permitirá criar condições para a sua permanência, promovendo a sua auto-afirmação. Para tal contribuirá o reforço da rede de equipamentos sociais, o aumento da acessibilidade das populações aos serviços básicos, o desenvolvimento das competências sociais e profissionais, o estímulo ao empreendedorismo, a realização de iniciativas de valorização das comunidades e dos seus agentes sociais, culturais e recreativos e a criação de uma imagem de marca territorial coesa e atractiva.

Reordenar e refuncionalizar o espaço rural, protegendo e valorizando os recursos endógenos, diversificar produções e abordagens que reforcem a economia rural e densificar o tecido económico, reforçando a competitividade empresarial, permitirá produzir e reter o máximo valor acrescentado no TI, fortalecendo a sua sustentabilidade, através da criação de riqueza e emprego, para tal contribuirão a valorização do património rural, a reinvenção da economia da terra através do adequado complemento da actividade agrícola com outra não-agrícola, bem como o estímulo ao investimento empresarial e à diversificação da actividade económica local e rural.

A floresta assume na zona um papel determinante na preservação da qualidade de todos os recursos, nomeadamente do ar e solos e importante contributo para a estabilização climática. Uma área significativa da floresta da região encontra-se protegida (14%), sendo essencial para a conservação da biodiversidade e da paisagem. O risco de incêndios é muito elevado e torna-se habitual, anualmente em períodos estivais, grandes extensões florestais serem consumidas por incêndios. Por mais este motivo torna-se vital a sua gestão adequada e sustentada. A importância relativa do coberto florestal tem vindo a aumentar, ocupando as resinosas a maior parte das áreas florestais. Existem zonas com desajustamento no que respeita às espécies implantadas e, neste contexto, assume especial relevância o ordenamento florestal. A Floresta é um importante recurso ainda bastante inexplorado e base de sustento da região que pode assumir futuramente uma vertente fundamental para a sustentabilidade do território.

Por outro lado a tendência global, à escala mundial para o crescimento do Turismo, aliado a uma determinada "patrimonialização" dos recursos e (re)descoberta do rural configuram vias alternativas ou complementares de desenvolvimento dos territórios. No âmbito da evolução da PAC, os espaços rurais europeus estão hoje muito comprometidos com as novas funções/utilizações e mais (inter)dependentes da sociedade urbana. No actual contexto de (re)descoberta dos territórios, o património, nas suas diferentes acepções, constituindo o fulcro de preocupações estéticas e vivenciais das populações da pós-modernidade, destaca-se como recurso de elevado significado para o desenvolvimento dos territórios e das populações, designadamente, como motor de reconstrução de memórias e identidades, como âncora de requalificação e de renovação da imagem dos territórios, como suporte de iniciativas (formais e informais) de educação patrimonial, e como agente mobilizador da participação da sociedade civil em numerosos projectos e realizações. Estes são diversificados e podem-se, por exemplo, traduzir em acções de:

- requalificação urbana e ambiental;
- associadas ao turismo de natureza e de montanha (as redes, os roteiros e os itinerários), ou em particular, ao turismo acessível (com base no conceito emergente no território ELOZ);
- valorização de recursos do território: os velhos e novos museus e parques temáticos; os eventos culturais e o geomarketing dos espaços; os estatutos de protecção e a classificação dos lugares.

No quadro das novas oportunidades de desenvolvimento rural, cada vez mais relacionadas com a capacidade local de integrar novas funções e estruturar novas ruralidades, destaca-se a valorização dos recursos eco-culturais e sua ancoragem aos lazeres turísticos. Estes configuram alternativas -novos produtos turísticos- que podem gerar efeitos positivos se integradas em estratégias de desenvolvimento sustentado e orientadas para a dinamização territorial e revitalização do tecido económico e social das áreas de intervenção. É ainda importante destacar as novas atitudes dos



turistas, actualmente mais activos, participativos e exigentes e menos influenciados pela oferta turística massificada, demonstrando um maior interesse na recreação, nos desportos, na aventura, no conhecimento da história, da cultura, na natureza e na vida selvagem das áreas visitadas.

No que diz respeito às áreas de montanha, a evolução recente, no plano das dinâmicas territoriais e das perspectivas de desenvolvimento, demonstra igualmente a importância que vêm assumindo. De facto, uma parte importante das montanhas está cada vez mais vinculada às populações urbanas, aos recursos e aos valores eco-culturais, depois de uma fase de crise acentuada das actividades económicas tradicionais e dos intensos fluxos migratórios (externos e internos) que conduziram a processos de despovoamento, desvitalização económica, demográfica e social, abandono e degradação das paisagens serranas.

Nesta atmosfera de renovação dos usos e da imagem territorial, em ligação aos recursos ambientais e patrimoniais, a apropriação da paisagem é comandada a partir do exterior e a população urbana procura a montanha para (re)criar refúgios (MORENO, 1999) que ocupa de forma permanente (neo-rurais), ou utiliza no âmbito dos tempos livres (de que são exemplo, a residência secundária e o turismo).

Por tudo isto, torna-se cada vez mais prioritário olhar o território também 'pelo lado de fora', observando as interacções que se estabelecem do ponto de vista global. Neste sentido, urge potenciar complementaridades, diversidades e heterogeneidades inter-territoriais de forma a ganhar escala de intervenção e assegurar a presença do território em espaços mais amplos, aproveitando novas oportunidades de mercado. O reforço da atitude colectiva, a promoção do sistema de micro-crédito e a promoção das boas governanças são fórmulas solidárias no contexto de trabalho em que nos posicionamos. Torna-se acção fundamental fortalecer as redes de cooperação e daí retirar os melhores benefícios para o território, de forma a reforçar o tecido sócio-económico e a auto-estimas das populações.

A responsabilização dos agentes é uma prerrogativa transversal a todo o processo.

Para finalizar apenas um último apontamento sobre a importância de articulação das políticas e instrumentos de desenvolvimento. É fundamental a definição de denominadores comuns nas intervenções propostas.

Os Planos de Intervenção prosseguidos no PRODER, assumem-se, entre outros, como importantes instrumentos de planificação das acções a realizar e possibilitam o estabelecimento de complementaridades tanto ao nível de objectivos quanto de recursos materiais e financeiros. A articulação das iniciativas face aos diferentes programas e incentivos permitem uma melhor adequação dos meios e resultados mais amplos.

A título exemplificativo, ao nível do turismo e do património cultural edificado, é comum observar-se e identificar projectos no mesmo lugar -e de forma surpreendente na mesma rua ou até em estruturas edificadas contíguas, no alinhamento de objectivos semelhantes ou complementares- apresentados por entidades públicas e privadas, com apoio financeiro no âmbito de programas tão diversos como o LEADER-Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural, a AIBT- Acção Integrada de Base Territorial do PO do Centro) ou um programa sectorial (na área do turismo ou do apoio às PME). São sinais evidentes de que podem existir complementaridades nas intervenções e que estas são desejáveis. Compete ao GAL ELOZ inferir nas dinâmicas locais, de forma a promover essa complementaridade com outros instrumentos de política regional e nacional e em especial com os demais eixos do PRODER.

Por fim, importa estabilizar outras componentes transversais da intervenção fundamentais para o seu sucesso, meios de apoio na construção de uma ruralidade moderna. Falamos do significado das parcerias locais -plataformas de entendimento e negociação dos processos-, da vinculação das comunidades à sua região em torno dos afectos territoriais que urge enraizar, da assumpção do território -todo ele- enquanto um espaço dinâmico, um museu vivo constituído por gente, natureza, ofícios e culturas.

Se esta montanha sentisse...

